

**A RACIONALIDADE SUBSTANTIVA DAS PRÁTICAS DE AUTOGESTÃO: Uma análise sobre as dinâmicas organizativas de mulheres na Economia Solidária sob a perspectiva da história oral**

**MARIA DE NAZARE MORAES SOARES**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**SÍLVIA MARIA DIAS PEDRO REBOUÇAS**

**JOSÉ CARLOS LÁZARO DA SILVA FILHO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

# **A RACIONALIDADE SUBSTANTIVA DAS PRÁTICAS DE AUTOGESTÃO: Uma análise sobre as dinâmicas organizativas de mulheres na Economia Solidária sob a perspectiva da história oral**

## **1 Introdução**

A Economia Solidária [ES] surgiu em um cenário permeado de restrições ao mercado de trabalho e de necessidade de geração de renda. A organização de empreendimentos, grupos informais, redes, arranjos produtivos e iniciativas alternativas que se constituem no âmbito do terceiro setor. De fato, as experiências da ES ganharam expressão frente às alterações ocorridas no mundo do trabalho, como a precarização das relações de trabalho formal (Singer, 2008). No Brasil as estratégias surgiram em um cenário de desemprego estrutural, atraindo, sobretudo, as mulheres, que são as mais afetadas em contextos de crise econômica (IPEA, 2017). O Atlas da Economia Solidária no Brasil, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego [MTE] (extinto em 2018) em 2014, identificou 21.859 empreendimentos da ES no país. Partindo do contexto do movimento social, de onde surge a ES, para o contexto da pesquisa, o campo de estudos em ES experimenta uma fase de amadurecimento e de crescente internacionalização. Diversas áreas de conhecimento em diversos países têm realizado pesquisas nos empreendimentos da ES, sob diferentes perspectivas, no intuito de compreender as dinâmicas de organização do movimento da ES (Arruda, 2008; França Filho, 2013; Laville, 2017).

Dessa fluência de estudos relacionados à ES, identificam-se pesquisas que analisam os fatores que orientaram o surgimento dos empreendimentos da ES (Borzaga e Tortia, 2007; Singer, 2008; Gaiger, 2011), estudos que observam a ES como movimento social de natureza popular (Arruda, 2008; Costa, 2011; Singer, 2008), verificações sobre os impactos dos empreendimentos nas economias locais (França Filho, 2013; Oliveira, 2005), estudos que observam as relações de trabalho no contexto da ES (Guérin, 2003; Hirata 2002; Holzmann, 2002; Oliveira, 2008; Segnini, 2003; Silva, 2012), pesquisas sobre as políticas públicas no âmbito da ES (Dagnino, 2011; Gaiger, 2011; Monje-Reyes, 2011), estudos sobre os dilemas da Economia Solidária (Barreto e Paula, 2009; Onuma, Mafra e Moreira, 2012; Sá e Soares, 2005), análises sobre a formação de redes de cooperação entre os empreendimentos (Mance, 2006; Scherer-Warren, 2012; Soares *et al*, 2016), estudos que questionam a capacidade da ES como alternativa observando os limites colocados pelo sistema de mercado (Bauhardt, 2014; Costa, 2011, Pinheiro e Paula, 2014), pesquisas sobre as dinâmicas organizacionais no âmbito dos empreendimentos da ES (Costa e Carrion, 2009; Faria, 2017; França Filho, 2013; Pinheiro e Paula, 2014; Santos, 2017; Silva, 2018), entre outros.

Pesquisadores que se dedicam à observação da Economia Solidária percebem a complexidade e a essencialidade de um conhecimento multidisciplinar e interdisciplinar sobre o tema (Borzaga e Tortia, 2007; Gaiger, 2011; Laville, 2014). Uma das razões para tal compreensão vem do fato da ES caracterizar-se como um movimento de geração de renda cujos fenômenos necessitam ser analisados sob perspectivas que caminham além do econômico, como a questão da emancipação social dos indivíduos (Andion, 2005; Arruda, 2008; Dagnino, 2011; Faria, 2017). Nesse sentido, pesquisadores das ciências sociais aplicadas, como a Administração, ao realizarem estudos sobre as dinâmicas de organização e de gestão dos empreendimentos da ES, reconhecem a necessidade de aprofundar o olhar sobre questões que fogem à racionalidade instrumental dos processos administrativos, convencionalmente analisados sob a ótica da eficiência e da racionalidade burocrática.

A pesquisa tem o objetivo de discutir a racionalidade substantiva no contexto da ES, especificamente no contexto das práticas de autogestão de mulheres da Rede Economia

Solidária e Feminista [RESF], a partir das vozes das próprias mulheres. Considerando a observação dos estudiosos sobre a existência, na ES, de princípios e valores norteadores de reciprocidade que transcendem o sentido econômico, como a autogestão, a cooperação e a solidariedade nas relações (Arruda, 2008; Ostrom, 2000; Singer, 2008). E considerando que tais preceitos influenciam na forma como a gestão ocorre no cotidiano dos empreendimentos, assim, buscando compreender os fenômenos da ES, a Administração carece ir ao encontro de abordagens mais críticas no âmbito da gestão no sentido de ressignificar conceitos como racionalidade, eficiência e desenvolvimento (Barros e Carrieri, 2015; Calás e Smircich, 2014; Pinheiro e Paula, 2014). Nesse sentido, dentre as diversas perspectivas observadas, emergiu uma abordagem que reflete as organizações além da racionalidade instrumental e da assimilação cultural a que os países subalternos estão submetidos e ao encontro dos valores da Economia Solidária: a abordagem crítica de Guerreiro Ramos (antes mesmo das propostas pós-colonialistas). Para Ramos (1989), a Administração e suas principais correntes do paradigma formal, basicamente centradas no mercado, não ofereciam diretrizes e formas para que os sujeitos possam participar de relações emancipatórias e de autorrealização através do trabalho, ou sequer reconhecem tais iniciativas.

A pesquisa tem natureza exploratória, utilizando-se uma abordagem qualitativa na coleta e análise dos dados, cujo objetivo é analisar a organização substantiva nas práticas das mulheres da RESF a partir da perspectiva da história oral, que privilegia as vozes esquecidas, ou invisibilizadas, de sujeitos muitas vezes à margem das dinâmicas da economia e da sociedade, portanto, trata-se de uma busca por representatividade de outras formas de organização por meio da alteridade e de uma visão pós-colonial da administração (Meihy, 2002; Spivak, 2010). A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas junto às mulheres da RESF considerando as características das organizações substantivas propostas por Ramos (1989) e elencadas por Serva (1997). Os dados foram analisados a partir da perspectiva da história oral temática, sob uma abordagem pós-colonialista da Administração (Ramos, 1989).

A exegese de Guerreiro Ramos converge para dois dos quatro tipos de racionalidades identificados nos escritos de Max Weber, que formam um dos pares típico-ideais de racionalidade: a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. A racionalidade substantiva é o objeto de estudo maior dos escritos Guerreiro Ramos, bem como a tensão existente na prática das organizações entre os dois tipos de racionalidades (Weber, 1994; Ramos, 1989). Considerando o debate sobre a racionalidade, a Economia Solidária se desenvolve, sob o ponto de vista teórico, e principiológico, a partir de uma racionalidade substantiva, baseada em valores que caminham além do cálculo econômico, e assim, busca a emancipação dos indivíduos. Considera-se, ainda, que esta racionalidade substantiva influencie as ações organizativas e administrativas na ES, visto que estas ações são baseadas na autogestão, como paradigma e prática de gestão, como apontam estudos no contexto do terceiro setor (Andion, 2005; Carvalho, 1983; Vieta, 2015).

## **2 Suporte Teórico**

### **2.1 Racionalidade substantiva nos estudos organizacionais**

As formas como as organizações são administradas seguem determinadas racionalidades, comuns às atividades empreendidas pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o debate sobre a forma como as organizações são geridas resgata o debate sobre a importância da racionalidade no campo dos estudos organizacionais. Considera-se que um dos principais objetivos da Administração é estimular comportamentos que reforcem sua racionalidade específica e a padronização dessa racionalidade. A questão da

racionalidade na ação social é apontada primeiramente por Max Weber (1994, 2004), que se empenhou por explicar as transformações da sociedade moderna mediante o critério da racionalidade. Para Weber (1994) o conceito de racionalidade compreende um contexto amplo da ação social, e depende da motivação do sujeito. A partir dessa reflexão, o autor classifica os seguintes tipos a partir da racionalidade que a motiva: (a) Racional (ou instrumental); (b) Racional motivada pelos valores (mais tarde abordada por Guerreiro Ramos como sendo uma racionalidade substantiva); (c) Afetiva; e (d) Tradicional. Cada um desses tipos de ação social apresenta características próprias e corresponde um tipo de racionalidade.

No que tange aos estudos organizacionais, uma vez que toma por objeto, predominantemente, as organizações econômicas, as análises sobre a racionalidade seguem o modo instrumental da ação social (Ramos, 1989). Contextualmente, ao longo da história da Administração, teóricos e práticos trataram de racionalizar a organização do trabalho de forma a maximizar ganhos e minimizar custos, e, buscando esses fins, cada um à sua maneira, procuraram motivar os trabalhadores por meio da lógica instrumental de racionalidade (Motta, 1991). Dessa forma, ainda que se tenha ampliado a compreensão sobre a motivação dos trabalhadores, estes ainda não são considerados sujeitos ativos nos processos decisórios das organizações. Segundo Serva (1997), o processo decisório é um dos fatores desarticuladores nas organizações e influencia a motivação dos sujeitos, visto que altera o contexto da ação social, como abordado na perspectiva Ramos (1989).

As abordagens substantivas nos estudos organizacionais surgem após a década de 1960, quando se iniciam os movimentos de contestação e crítica à racionalidade instrumental e, a partir daí, disseminaram-se formulações alternativas aos tipos organizacionais gerados pela crítica à racionalidade instrumental, corporificando abordagens e formas organizacionais baseadas em uma racionalidade substantiva, em especial estudos que analisam ambientes de trabalho associativo e cooperativo (Rothschild e Whitt, 1986). No Brasil, Guerreiro Ramos (1915-1982) foi o primeiro a empreender críticas importantes à predominância da racionalidade instrumental no pensamento administrativo, não por acaso, o pensamento de Guerreiro Ramos inaugura tais críticas muito antes das discussões pós-colonialistas nos estudos organizacionais, refletindo sobre a herança do colonialismo e da dependência nas sociedades periféricas, a partir de uma tomada de consciência da realidade nacional (Rosa e Alcadipani, 2013). Para Ramos (1989), a razão substantiva é a base para a construção de organizações substantivas, que se relacionem com o mercado formal, contudo, não mantêm relações de subserviência. O autor concebe um modelo dual de organizações coexistentes: organizações formais regidas pela racionalidade instrumental e organizações substantivas regidas pela racionalidade substantiva, permeada de valores e preocupada a auto-realização humana.

Ramos (1989) elenca duas tarefas ao pensar uma abordagem substantiva das organizações: perceber a organização como um sistema epistemológico e identificar os pontos cegos da teoria organizacional corrente. A primeira tarefa busca desenvolver um tipo de análise capaz de detectar os ingredientes epistemológicos dos vários cenários organizacionais, a segunda tarefa busca desenvolver um tipo de análise organizacional livre de padrões distorcidos de linguagem e conceitos. Uma das propostas de Guerreiro Ramos tem como finalidade realizar a crítica à lógica que não distingue a função trabalho da função ocupação. Para Ramos (1989, p.130) o trabalho é “a prática de um esforço subordinada às necessidades objetivas inerentes ao processo de produção em si”, já a ocupação é “a prática de esforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal”. Tais conceitos foram não acidentalmente igualados no processo de institucionalização da sociedade de mercado, de fato, foi importante para tal regime, a equiparação do labor à condição humana, como explicado por Arendt (2007), retira da ocupação a qualidade da emancipação e insere no trabalho toda a significação da condição humana. Assim, o trabalho passa a ser função

primordial na vida, antes considerada atividade desprezada, o trabalho passa a ser a atividade fim da vida humana, tal processo exigiu, inclusive, uma conotação religiosa e moralista para sua efetivação, e não apenas em termos de técnicas e procedimentos, mas em termos de uma ideologia que legitima a sociedade de mercado. Trata-se, portanto, de moldar o trabalho como “instrumento de mediação do valor e da dignidade humana” como se apenas através do trabalho-labor formalmente identificado na sociedade de mercado fosse possível alcançar a salvação (Ramos, 1989, p. 132-134). Logo, habilidades pessoais, vocações e necessidade de atualização dos indivíduos são instrumentalizadas não para a emancipação, mas exclusivamente para a produção.

Serva (1993, p.36-43) examinou, a partir de pesquisas empíricas, quais seriam as *características das organizações substantivas*, elencando as seguintes características:

- (a) São norteadas por princípios logicamente inter-relacionados: primazia da ação coletiva, respeito às diferenças individuais, busca de equilíbrio entre homem e organização, ação calcada em identidade de valores;
- (b) São organizações nas quais há relações interpessoais intensas e fortes;
- (c) Nessas organizações, é constante e intensa a reflexão coletiva sobre o cotidiano da organização;
- (d) As estruturas hierárquicas são ou extremamente flexíveis ou inexistentes;
- (e) Só se aceitam novos membros que se identifiquem com os valores e com a causa maior da organização;
- (f) Nessas organizações há livre circulação de informações, o que facilita o processo coletivo de tomar decisões;
- (g) Os indivíduos são remunerados conforme a atividade que executam e seu comprometimento com a organização (podem incluir trabalho voluntário);
- (h) Os horários de trabalho são flexíveis;
- (i) O rendimento dos indivíduos é aferido coletivamente, em reuniões periódicas e há abertura para o diálogo e para a negociação;
- (j) A organização expressa-se (*sic*), em termos sociais, pelos valores que espousa;
- (k) São precários os mecanismos para avaliar sistematicamente a satisfação do usuário;
- (l) A organização sempre busca na sociedade o respaldo para suas ações.

As características das organizações substantivas observadas por Serva (1996) na obra de Guerreiro Ramos indicam uma preocupação com os valores que norteiam a razão, e, por conseguinte, a ação social. A busca pelo equilíbrio entre homem e organização transcende o espaço organizacional e os próprios indivíduos, visto que o coletivismo sobrepõe o individualismo, tais características são identificadas em organizações do terceiro setor, como associações e cooperativas. Ainda que Guerreiro Ramos tenha mantido suas discussões no primeiro (administração pública) e segundo (mercado privado) setores, do ponto de vista teórico, a perspectiva da racionalidade substantiva é mais exequível e observável no âmbito das organizações do terceiro setor (Rothschild; Whitt, 1979, 1986). Nesse sentido, dado o desenvolvimento do debate sobre a racionalidade nos estudos organizacionais, surge a necessidade de compreender que tipo de racionalidade permeia as organizações do terceiro setor, em especial os empreendimentos associativos e cooperativos. Considera-se que as diferenças entre o terceiro setor e os outros setores não existem em termos absolutos, mas em termos relativos. Segundo Seibel e Anheier (1990), as organizações do terceiro setor consideram a racionalidade instrumental, a formalidade, a solidariedade e tipos específicos de troca com o mundo exterior, e, seguindo essas características, tenderiam a operar em baixos níveis de racionalidade instrumental e formalidade, e por altos níveis de solidariedade e troca direta com o seu segmento de clientes. No entanto, isso não significa que essas organizações sejam exclusivamente solidárias e mais abertas ao público, ou que não operem em algum nível de racionalidade instrumental e formalismo, ou seja, as organizações do terceiro setor também estão suscetíveis às mesmas inconsistências que se identificam no mercado das

empresas convencionais. Assim como foi observado por Weber (1994), as racionalidades se apresentam, no mundo real, de forma combinada.

## **2.2 As organizações substantivas na Economia Solidária**

O debate sobre alienação e emancipação no mundo do trabalho é questão necessária para os estudos sobre as organizações substantivas, bem como para os estudos sobre Economia Solidária, como parte integrante do terceiro setor. Na ES, as ações são governadas por uma racionalidade motivada por valores, e, por isso, reivindica-se uma racionalidade substantiva em suas formas de organização, visto que esses valores são importantes para a consecução dos objetivos (Andion, 2005; Arruda, 2008). Os valores acordados são definidores da identidade do grupo, diferenciando-o do ambiente externo, e refletem-se nas ações e práticas sociais, os quais ordenam não apenas a organização do trabalho e os padrões de ação, pois envolveria a adoção de critérios éticos com o qual a realidade deve ser julgada e, dessa forma, tende a conformar e orientar a ação (Costa & Carrion, 2009; França Filho, 2013). Nesse sentido, o particularismo e o personalismo seriam evitados, buscando-se o coletivismo e o cooperativismo na orientação das condutas, um dos objetivos principais da ES é que o trabalhador se apodere de uma cidadania ativa a partir da gestão (autogestão) dos empreendimentos, em vista da construção de uma outra cultura econômica e gerencial (Benini e Benini, 2012).

Em "A nova ciência das organizações", Guerreiro Ramos reflete uma possibilidade da inserção de organizações alternativas, de caráter substantivo, em uma sociedade de mercado, pressupondo a coexistência de duas lógicas distintas de organização da produção e da vida social. Nesse sentido, é importante observar que os empreendimentos da Economia Solidária, organizados através de associações, cooperativas ou grupos informais, não foram pensados como substitutos do sistema econômico vigente, mas como alternativas para inclusão dos excedentes de pessoas excluídas do mercado de trabalho, a partir de uma gestão social democrática e autogestionária que operam em economia de mercado. A maioria dos autores que se dedicam ao estudo da ES compartilham a visão de que essa nova cultura econômica e gerencial ainda segue em construção, em vista desse estado em estruturação, muitos estudiosos combinam pesquisa com estimulação de formação de empreendimentos solidários, cursos de formação via sindicatos, organizações de desenvolvimento solidário e órgãos do governo, e assessoria a alguns destes empreendimentos, e, inclusive nas universidades, são fomentadas as incubadoras de cooperativas populares (Costa & Carrion, 2009; França Filho, 2013; Gaiger, 2011; Laville, 2014; Pinheiro e Paula, 2014).

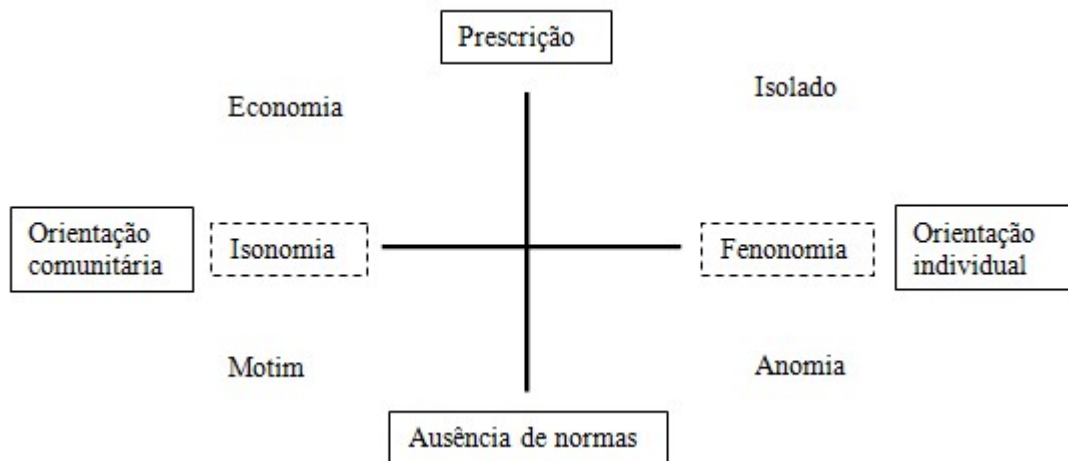
São diversos os desafios da Economia Solidária, visto que envolvem a tarefa de superar valores de competição e cálculo unicamente utilitário, substituindo por vínculos coletivos, cooperativos, democráticos e autogestionários. Muitos autores consideram a ES algo disforme e difícil de situar teoricamente, visto que em muitas situações atua de forma contraditória ao comunicar-se com o mercado capitalista (Andion, 2005; Pinheiro e Paula, 2014). De fato, a ambiência da ES na sociedade de mercado é algo intrigante para alguns pesquisadores das ciências sociais (França Filho e Laville, 2004; Pinheiro e Paula, 2014), contudo, compartilha-se o consenso de que ela atenua a problemática social gerada pelo sistema vigente, incluindo os ditos excluídos do sistema capitalista através de um circuito complementar da economia (Arruda, 2008; Costa e Carrion, 2009; França Filho, 2013). Mesmo com as limitações de atuação dos empreendimentos no campo da ES numa sociedade imersa na lógica mercantil, ainda é possível notar o crescimento como evidenciam dados do mapeamento recente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Pinheiro e Paula (2014) questionam a lógica mercantilista que considera ineficientes as práticas de autogestão desenvolvidas na ES. Os autores buscam refutar alguns mitos

fomentados por tal lógica apresentando estudos de natureza teórica e empírica que, ao compararem as organizações solidárias com as mercantis, indicavam atributos específicos, justificando, em muitos quesitos, a inconsistências de tais mitos sobre as organizações solidárias. Em relação à autogestão, um ponto relevante que os autores buscaram refutar foi da impossibilidade de conciliar as decisões democráticas e a eficiência econômica, assim, os autores apresentam argumentos que indicam que a democracia nas decisões coletivas potencializa os resultados econômicos, pois reduz conflitos, diminui a concentração de poder e aumenta a coesão do grupo, além de ampliar o processo de aprendizado em razão da diversidade de possibilidades que gera com novas ideias e valores (Pinheiro e Paula, 2014).

Do ponto de vista da gestão social, o Empreendimento da Economia Solidária [EES] funciona sob dimensões orientadoras apontados por autores como Arruda (2008), França-Filho (2013) e Andion (2005): (a) Sociopolítica; (b) Econômica; (c) Organizacional. Tais dimensões, mesmo que implementadas de formas diversas na realidade dos EESs, contudo, apresentam-se como uma perspectiva de desnaturalização da racionalidade instrumental como único meio de gerir, apresentando uma proposta de modelo multidimensional de organização social. O paradigma paraeconômico proposto por Guerreiro Ramos encontra convergência com a proposta da ES e resgata a importância do debate sobre a racionalidade nos estudos organizacionais. A sociedade multicêntrica prevista por Ramos (1989) prevê um modelo orientado para a comunidade ou para o individualismo, uma delimitação organizacional no qual o mercado é um enclave social legítimo e necessário, contudo, limitado e regulado. O modelo propõe uma sistemática de superar o paradigma unidimensional da vida individual e coletiva, permitindo um espectro variado de alternativas.

Figura 01: O paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos



Fonte: Adaptado de Ramos (1989, p.141)

Segundo Pinheiro e Paula (2014), do ponto de vista organizacional, a ES se respalda em sua preocupação com a comunidade. Nesse sentido, converge especificamente com o enclave “Isonomia” onde as práticas apresentam uma dinâmica própria, com requisitos de planejamento e funcionamento além do vetor econômico (Ramos, 1989). As formulações propostas por Guerreiro Ramos possibilitam a compreensão de uma base teórica, ainda que o autor não tenha vivenciado a realidade do movimento, seu modelo multicêntrico contribui para a formatação de um quadro interpretativo para Economia Solidária. Ressalta-se que Guerreiro Ramos critica a existência do mercado na condição de única via de regulação e

interação social, entretanto, não expõe sua extinção, tanto que o mesmo faz parte do seu modelo paraeconômico. Para Ramos (1989) o mercado não é o grande problema para a emancipação humana, mas a lógica da racionalidade instrumental como meio único no contexto da economia. Considera-se que a Economia Solidária advoga uma forma organizacional que materializa a racionalidade substantiva em sua ação social. Cabe às Ciências Sociais identificar se essas dinâmicas da ES realmente se configuram como práticas substantivas, que alicerçam uma organização substantiva.

### 3 Suporte Metodológico

A abordagem metodológica do problema de pesquisa, quanto à sua natureza é qualitativa, nas etapas de coleta e análise de dados, conforme proposto por Creswell (2007) e Ramos (1989). Quanto aos objetivos, o estudo pode ser caracterizado como exploratório e interpretativo, com a utilização de procedimentos qualitativos sob o enfoque da história oral temática (Meihy, 2002). A perspectiva adotada para as etapas de coleta e análise dos dados é a da história oral, especialmente sob o enfoque da nova história, através de entrevista e observação. Para Godoi, Bandeira de Mello e Silva (2006, p.182), a história oral privilegia vozes esquecidas, ou invisibilizadas. Para os autores, a partir dessa perspectiva do que está na periferia, é possível registrar “reivindicações, angústias, sugestões, críticas e apreender seus pontos de vista” que podem contribuir para a compreensão da vida organizacional contemporânea. Portanto, trata-se de uma busca por representatividade de outras formas de organização por meio da alteridade (Meihy e Ribeiro, 2011). Conquanto na Administração a história oral ainda caminhe seus primeiros passos, o uso de tal abordagem enriquece a pesquisa organizacional, especialmente sob o enfoque da Nova História, onde há uma preocupação com os movimentos coletivos, as ações individuais, tendências e acontecimentos (Curado, 2001). Nesse sentido, a preocupação com as experiências das pessoas comuns e suas demandas por mudança social refletem uma “história vista de baixo” (Curado, 2001, p.3). Tal abordagem alinha-se com o que Ramos (1989) observa sobre a necessidade de aproximação dos pesquisadores ao contexto, potencializando uma posição de engajamento e compromisso consciente com sua realidade social, adotando uma perspectiva pós-colonial dos estudos organizacionais.

Os sujeitos de pesquisa, considerados colaboradores da pesquisa, conforme a visão da história oral, são trabalhadores da Associação de Artesãos e Artistas de Camocim [AAAC], da cidade de Camocim, um município do noroeste cearense. A escolha do sujeito de pesquisa deve-se ao desenvolvimento de estudos de competitividade e inovação fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq] e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo [SESCOOP] no interior cearense. Para a entrevista inicial foi escolhida a presidente em exercício da AAAC, que também é uma das fundadoras do empreendimento, e também artesã, Sra. Helena Silva<sup>1</sup>. O instrumento de coleta foi baseado em um roteiro de entrevista a partir de três questões principais (categorias de análise): (i) o que motivou a formação da associação/cooperativa; (ii) como se organiza o trabalho na associação/cooperativa; e (iii) como funciona a gestão na associação/cooperativa. Os dados foram analisados a partir da perspectiva da história oral temática, sob uma abordagem pós-colonialista da Administração (Ramos, 1989).

A opção pela história oral temática, segundo Meihy (2002), permite uma maior objetividade, pois, a partir de um tema específico preestabelecido, busca-se a perspectiva do entrevistado sobre o assunto tratado. Nesse sentido, a escolha do entrevistado é baseada no nível de conhecimento do colaborador sobre o tema, pois se exige, segundo Meihy (2002), um

---

<sup>1</sup> Nome fictício criado para a pesquisa a fim de resguardar as informações da colaboradora entrevistada.



nível de qualificação de quem se entrevista. Segundo Creswell (2007), a entrevista semiestruturada é uma forma de coleta de dados que apresenta maior flexibilidade para trabalhar com grupos específicos de atores. A entrevista semiestruturada pode adquirir um aspecto ideal para se trabalhar em condições específicas diante do fato deste tipo de entrevista não ser inteiramente focalizado e, deste modo, menos cansativo. Para o autor, a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Para Meihy e Ribeiro (2011) a importância da história oral também reside como base para elaboração de políticas públicas adequadas à realidade das demandas sociais, especialmente pelo seu caráter de participação social. As políticas públicas surgem como resultado de projetos dimensionados a partir de lutas coletivas, institucionalizando as lutas por um lugar social na ordem social. Segundo Meihy e Ribeiro (2011, p.40), a luta pela implementação da cidadania é uma luta por participação em espaços decisórios, nesse sentido, o papel da história oral seria contribuir para a “transformação do padrão participativo das comunidades que sempre se constroem”, exibindo as inconformidades e necessidades de afirmação social.

#### **4 Análise e discussão dos resultados**

Ao analisar a racionalidade substantiva das práticas de autogestão em dinâmicas de grupos de mulheres da Economia Solidária, é necessário observar as características de tais práticas organizativas, visando identificar se a organização se comporta de forma substantiva (Serva, 1993). A primeira característica que apontada por Ramos (1989) que reflete a racionalidade substantiva nas organizações é a orientação para valores, notadamente sob a primazia da ação coletiva, respeito às diferenças individuais, busca de equilíbrio entre indivíduo e organização. Nesse sentido, as mulheres da Rede Economia Solidária e Feminista refletem em suas falas, que a atividade produtiva que as reúne segue uma identidade de valores específica:

(...) a gente conduz toda a história do grupo pensando nas mulheres porque são sua maioria e não, a gente nunca pautou assim nenhuma regra de... que homem não pudesse ou que não viesse, mas tudo o que a gente faz é pensando nas mulheres, inclusive se você vai pensar horário pra oficina, por exemplo, a gente sabe que de manhã as mulheres tem N tarefas né... então a gente procura fazer nossas qualificações, nossas reuniões naquele horário... se a gente vai fazer alguma palestra com relação a saúde da mulher ou qualquer palestra, qualquer oficina a gente sempre prioriza isso... o tema das mulheres né... o empoderamento das mulheres... tudo nesse sentido então... porque a gente trabalha pra isso, o nosso trabalho é diretamente com as mulheres, então a nossa preocupação é que realmente elas tenham esse ganho pra poder se sentirem mais livres né... a gente trabalha muito também a questão da oficina de... dos trabalhos domésticos né que tem que ser dividido né... e aí é onde a gente tem muito é... assim... elas não conseguem entender né... porque é que “ah, mas por que é que o meu marido tem que fazer?” então a gente tem umas oficinas bem bacanas que a gente vai mostrando pra elas, apresentando essa divisão do trabalho né... porque a mulher, ela não compreende que o trabalho doméstico é um trabalho. Quando você diz assim... “você trabalha?” a primeira coisa que elas diz “não, passo o dia dentro de casa” quer dizer, isso é um não reconhecimento daquele trabalho, ela não reconhece que o que ela faz dentro de casa é um trabalho. Então aí a gente tem várias oficinas que ajuda ela a se reconhecer, a se ver, a gente tem alguns testemunhos que... que quando elas conseguem entender que se libertam aí vem contar pra gente... é muito interessante (Sra. Nanci, produtora e representante da RESF no Ceará, 52 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019).

Compreende-se na fala da colaboradora que as mulheres são encorajadas a um processo de emancipação, contudo, não são obrigadas a desenvolver atividades nas quais não se sintam confortáveis. Essa percepção é importante para a divisão de funções nos grupos e exige um alto nível de conhecimento das necessidades das mulheres no grupo, indo ao encontro do que Ramos (1989) prescreveu para as organizações substantivas, que são organizações nas quais há relações interpessoais intensas e fortes. Além disso, os empreendimentos da RESF enfatizam a importância do cuidado mútuo, do apoio, da cooperação, do relacionamento interpessoal, crescimento pessoal, desenvolvimento e capacitação. Para as produtoras, as normas, políticas e práticas que valorizam a mulher, qualificam o movimento da Economia Solidária:

Olha... na economia solidária a gente também conheceu o Elo Feminista né... o Elo Feminista também me ensinou muito, muito mesmo... inclusive é... nós fizemos umas viagens... Bahia é... também falamos sobre a economia solidária e também o Elo Feminista né porque tudo... a gente... eu acho que caminha junto né... e... essa... isso da gente lutar por essa... por respeito, por nós né... é uma luta constante e... eu acho que só isso daí já é um grande apoio né... o ensinamento que elas dão pra gente né... (...) a valorização da mulher... porque através dessa valorização da mulher que eu estou aqui hoje firme e forte (tom de empolgação) porque se não fosse elas é... todo esse movimento, o Mar (grupo) é... Rede Estrela, Elo Feminista então a gente tá por aí andando, vivendo... hoje eu sou outra pessoa, hoje eu já dou oficina, administro as oficinas... (...) foi valorizado o meu trabalho, entendeu... e aprendi tudim nessa Rede (Sra. Carolina, produtora da área do artesanato, 57 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

A gente tem essa parte assim de... de se reunir e ver né o conhecimento, trabalhar, eu não sei bem dizer assim... mas a gente trabalha. Inclusive sábado passado a gente participou de um seminário lá na Sabiaguaba sobre feminismo, falamos sobre os direitos que a mulher tem, que são muitos né que eu também não conhecia, não sabia, hoje eu já tenho mais conhecimento e tem esse trabalho (Sra. Laudelina, produtora da área da alimentação, 58 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

Normas tem e políticas tem né... pela gente mesmo né... de valorizar o trabalho... (...) também quando a gente se preocupa quando uma tá doente, no caso agora, tem uma colega nossa que tá hospitalizada, a Socorinha, no hospital, quer dizer... tá preocupada com ela, a gente se preocupa uma com a outra. Quando tem uma pessoa mais idosa no grupo que a maioria é da terceira idade a gente ajuda a levar a cadeira, o pranchão... o pranchão é pesado aquela tábua enorme pra você ajudar... e a gente tem um consenso também de dividir. Um pranchão dividir pra dois grupos, duas pessoas, a mercadoria fica todo mundo junto (...) eu já cheguei até a dividir pra três pessoas. Eu preciso ir pro banheiro, eu preciso ir trocar um dinheiro, uma colega fica olhando... existe muito essa parte de solidariedade entre nós. De segurar, de pegar a bolsa da outra né... de ajudar, vem uma pessoa tá olhando e você “olha essa daqui, veja essa daqui...” porque às vezes o cliente, ele olha, mas não enxerga né... não vê né... (Sra. Eleonora, produtora da área de agroecologia, 65 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

Os processos de aprendizagem são especialmente relevantes nas práticas das mulheres da RESF. Tal processo de aprendizagem ocorre em grupo, de forma coletiva, de fato, o ambiente da ES permite, sob o paradigma da autogestão, prever uma auto-atualização do indivíduo, reunindo ocupação e trabalho como categorias da condição humana (Arendt, 2007; Ramos, 1989). Segundo Arruda (2008) e França Filho (2007), na ES, os processos que levam à geração de renda são acompanhados de dinâmicas complexas de organização, refletidas na autogestão das mulheres, essas dinâmicas baseiam-se não apenas na gestão coletiva, mas

também na aprendizagem coletiva, onde os indivíduos aprendem uns com os outros, não apenas em termos de técnicas produtivas. Serva (1993) observa que as organizações substantivas constantemente buscam refletir, coletivamente, sobre o cotidiano da organização. Esta dinâmica se relaciona também intimamente com as anteriores, pois, o processo democrático na autogestão exige dos sujeitos a participação não apenas nos processos de produção e comercialização, mas também nos processos decisórios, característica de organizações substantivas, de caráter coletivista (Ramos, 1989). No momento em que as mulheres são levadas a tomar decisões, elas se sentem parte do objetivo, compartilhando a responsabilidade e ao mesmo tempo se emancipando, visto que muitas não têm, fora do contexto dos empreendimentos, vez e voz, para tomarem suas decisões, visto que as estruturas hierárquicas são ou extremamente flexíveis ou inexistentes, no tocante à Economia Solidária, não existem posições de poder hierárquico, pois o poder é partilhado e visto como responsabilidade entre os membros do grupo. Para Razeto (1997) e Singer (2008), o processo de democracia continuada possibilita aprendizado para os grupos, indicando que o processo decisório se torna mais ágil e de melhor qualidade, uma vez que os envolvidos acumulam e desenvolvem uma prática de discussão e deliberação. Neste mesmo sentido, Gaiger (2007) ressalta que, quando as decisões são coletivas, estas tendem a ser mais acertadas pela pluralidade de vozes e ideias que emergem, aumentando as chances de execução, visto que todas fazem parte do processo, cumulando conhecimento e alinhamento no grupo.

(...) a gente sozinha não faz nada. Não faz nada sozinha... isso aí vale pra grupo, vale pra tudo... agora, até mesmo dentro de casa, na nossa convivência com a nossa família né... porque todo mundo tem que se ajudar, porque se a gente não se ajuda, a gente não caminha... as coisas sabe... fica mais difícil e... (Sra. Carolina, produtora da área do artesanato, 57 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

(...) nós sempre decidimos juntas. Quando uma tem dificuldade com uma coisa gente sempre vai passando... “fulano ta com problema” aí outra já junta ali... se der pra resolver por telefone tudo bem, se não a gente procura todo mundo ir pra sede e discutir aquele problema da outra pra ajudar (Sra. Laudelina, produtora da área da alimentação, 58 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

(...) tudo é discutido em grupo, tudo é resolvido no grupo, a gente acaba dando uma solução, essa solução... tipo aquela solução caseira né... (Sra. Eleonora, produtora da área de agroecologia, 65 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

Para Guérin (2005), a discussão dos problemas dos empreendimentos em conjunto transforma o espaço da ES em um espaço de proximidade, de práticas de reciprocidade que promovem as liberdades substantivas e reais para a consecução da cidadania, interferindo, inclusive, nas capacidades das mulheres de ser e de fazer. As mulheres, especialmente, têm mais dificuldades em converter direitos formais em direitos reais, por diversas razões construídas e reproduzidas socialmente, que lhes são desfavoráveis, de forma heterogênea, pois a gênero, raça e classe interferem nessa condição. O déficit de liberdade e da incompletude dos direitos formais diminui ao passo que as mulheres se envolvem no empreendimentos e na rede, pois desenvolvem suas auto-referências e o autorrespeito ao pertencer a uma comunidade em que geram renda e recebem ajuda mútua, o que favorece o engajamento e o senso de responsabilidade nas dinâmicas de organização. Ao se deparar com os problemas do cotidiano dos empreendimentos, as mulheres desenvolvem maneiras específicas de solução para os problemas, de acordo com a situação com a qual se deparam e baseadas nos conhecimentos acumulados, adequando-se à situação, portanto, não há manuais

ou regras rígidas para solução dos dilemas, como demonstram os relatos das colaboradoras a seguir:

(...) a gente age de acordo com a situação né... porque é... o tipo da coisa... são questões e mais questões, a gente não pode taxar uma regra é isso e acabou... não... a gente tem que ir conciliando as coisas, a gente tem que ir ver como é que da pra fazer e ver qual a maneira que a gente possa tá ajudando é... a pessoa, o grupo né... porque o grupo, ele só se fortalece se for com a ajuda de todos, porque sozinho não... (Sra. Carolina, produtora da área do artesanato, 57 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

(...) depende da situação porque as vezes tem coisas que a gente resolve só. Outras não. A gente leva pra decidir em grupo... a gente produz mais em casa, a não ser quando tem uma demanda que a gente vai todo mundo para o grupo. Mas sempre... é variado né, a gente procura resolver da melhor maneira... é muito diferente porque a gente trabalha... não trabalha sobre pressão né... a gente trabalha espontâneo, da maneira da gente, a gente tem aquela opinião, a gente se decide e cada um vai repassando a opinião de uma para outra. É bem melhor. A gente fica à vontade né, aí cada um vai se... trabalhando bem espontâneo, é bem melhor assim (Sra. Laudelina, produtora da área da alimentação, 58 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

(...) tudo depende da situação, a gente é bem maleável nesse ponto né... porque uma coisa que a gente resolve com a Lilcélia não vai a mesma que a gente vai conversar com a Liceli, mesma coisa que eu não vou conversar com a Ana Célia, eu vou conversar com a Carolina né... então cada um... a gente tem que ser maleável de acordo com o problema de cada uma né... (Sra. Eleonora, produtora da área de agroecologia, 65 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

(...) não existe regra porque assim... a economia solidária, o trabalho dela... é exatamente tá... tá dizendo pras pessoas que somos livres, que nós temos o direito de escolher o que a gente quer, na hora em que a gente quer. Você tem que ter minimamente é... aquelas regras de conduta mesmo, de convivência né... como é que a gente vai tá dentro desse espaço, como é que a gente vai se portar, mas não existe nada rígido. Você é obrigada a vim pro empreendimento hoje, você é obrigada a produzir... não. Se tem... se você pegou uma produção de 100 bolsas, mas tem uma companheira que diz “essa bolsa eu não quero” não tem problema... ela não é obrigada, não vai sair do grupo, não vai deixar de ser... de forma alguma, ela tá no direito dela de não tá participando, ela participa de outras atividades né... tem algumas mulheres que vão apenas para dar apoio, nem vão pra vender... (Sra. Nanci, produtora e representante da RESF no Ceará, 52 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

Considerando que o processo de tomada de decisão exige o conhecimento de informações, segundo Ramos (1989), organizações substantivas convivem com a livre circulação de informações, o que facilita o processo coletivo de tomar decisões. No âmbito dos empreendimentos da ES essa participação ocorre de forma fluida, sem uma definição rígida de como ela deve ocorrer, o que, segundo Ramos (1989), é próprio de dinâmicas de organizações substantivas. No entanto, a participação é necessária para que se implemente a autogestão (Pinheiro e Paula, 2014; Singer, 2008). No tocante à inserção de novos membros, a RESF somente aceita novos membros que se identifiquem com os valores e com a causa maior da organização. O trabalho artesanal das mulheres na RESF, contudo, não se limita à produção e comercialização dos produtos em si, mas à construção das relações que elas estabelecem entre si, como grupos e como rede, e se alinha com uma racionalidade substantiva que norteia as ações coletivas das mulheres. A inserção de novos membros é condicionada ao comprometimento com os valores dos grupos e da rede, e é decidido em

reuniões e encontros dos grupos. Ainda do ponto de vista da organização, os mecanismos de controle são escassos, pois as mulheres direcionam seus esforços para o trabalho de produção e comercialização, cabendo à rede, como instituição agregadora destes grupos, trabalhar o planejamento dos empreendimentos, que ocorre em grupo, mas é impulsionado pela rede.

Segundo Ramos (1989), a organização substantiva sempre busca na sociedade o respaldo para suas ações, no contexto da RESF, esse respaldo é buscado especialmente no âmbito local, através das ações voluntárias que as mulheres executam junto à comunidade, e que são processos de aprendizagem que também emancipam as mulheres, pois as fazem ser vistas fora de suas casas. Contudo, a percepção das mulheres sobre o reconhecimento que recebem a partir das ações realizadas é crítico, para elas, existe um misto de reconhecimento e não reconhecimento, que se expressa de formas diferentes. Por exemplo, para uma das representantes esse reconhecimento da família ocorre quando a família participa do processo de produção e comercialização:

Algumas eu vejo que são, são reconhecidas sim! É um momento de lazer delas, muitas delas falam isso! Elas mesmo falam que é um momento de lazer delas, mas tem um grupo, por exemplo, lá na Rede Estrela, que o trabalho da família é praticamente todo da Economia Solidária (...) É isso que eu até falei, a comunidade acaba reconhecendo porque ela tá ali no dia-a-dia, né? Às vezes você precisa de um produto, como tem umas lá que fazem bolo pra aniversário, então a comunidade acaba também se envolvendo com o que você produz, porque tá tudo ali, né? Vai fazer uma festa? Chama! Fazer um casamento? Chama o grupo pra produzir aquela alimentação, então acaba tendo esse reconhecimento, né? (Sra. Dandara, produtora e representante da RESF no Ceará, 42 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

Muitas vezes não. Muitas vezes não. Agora, quando traz... né... alguma coisa de visibilidade aí... uma vez a gente participou de um programa de televisão né... que apresentou as nossas plantas tudim... quando eu fui dar uma oficina é... na faculdade Christus sobre terrários, que aí as pessoas veem... aí é reconhecido, mas o trabalho que você faz em casa que leva suas coisas pra ir pra feira... tem muitas de nós que os maridos não ajuda, que os filhos não ajuda né... que poderia ajudar porque quando vem o dinheiro a mulher não separa... “esse é meu, esse é teu...” ela compra pra todo mundo, ela não faz essa separação. Na cabeça da mulher isso não funciona né... (Sra. Eleonora, produtora da área de agroecologia, 65 anos, Fortaleza, fevereiro de 2019)

O reconhecimento por parte da comunidade se dá a partir do momento que as ações dos grupos tornam-se visíveis tanto para a família quanto para a comunidade. Percebe-se uma necessidade de reconhecimento primeiramente no âmbito familiar, que legitime a produção e comercialização dos produtos das mulheres, essa legitimação surge a partir da renda gerada na ES com a qual as mulheres contribuem em seus lares. Outra questão é que as mulheres apontam em seus diálogos, é que mesmo que os produtos apresentem qualidade, sejam feitos à mão e de maneira sustentável, existe uma necessidade de formação técnica para modelagem dos negócios das mulheres para que os mesmos sejam reconhecidos como marcas. Nesse sentido, Ramos (1989), Serva (1997b), Cavalcanti e Alcadipani (2016) e outros estudiosos da organização substantiva apontam que as organizações não são regidas por parâmetros puramente valorativos, visto que necessitam de um certo nível de instrumentalização.

## **5 Considerações Finais**

Este estudo procurou contribuir para o estudo das formas de organização da Economia Solidária a partir da perspectiva de Guerreiro Ramos sobre a racionalidade substantiva como forma de organização que estimula a auto-realização humana. Portanto, este estudo analisou a

abordagem da racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos fundamentando-se nas análises críticas que o autor desenvolveu no âmbito dos estudos organizacionais. Considerando que a Economia Solidária é um movimento de geração de renda que se baseia em valores que vai além da esfera econômica, utilizou-se a perspectiva de Ramos para aproximar-se de uma compreensão sobre as formas organizativas de grupos produtivos de mulheres da Rede Economia Solidária e Feminista.

Primeiramente o estudo discorreu sobre as tipologias pensadas por Max Weber em seus estudos sobre a racionalidade e seus reflexos sobre a ação social. O Ensaio analisa a perspectiva de Weber a partir do olhar de Ramos, que desenvolveu uma reflexão ampla sobre a racionalidade em termos filosóficos, sociológicos e históricos. A discussão sobre a adoção exclusiva da racionalidade instrumental pela economia de mercado também é criticada por Ramos, realizando a crítica à exclusiva adoção da racionalidade instrumental pelo sistema de mercado. A racionalidade substantiva na ES se expressa nos valores, os quais ordenam não apenas a organização do trabalho e os padrões de ação, pois envolveria a adoção de critérios éticos com o qual a realidade deve ser julgada e, dessa forma, tende a conformar e orientar a ação. Nesse sentido, um dos objetivos principais da ES é que o indivíduo se apodere de uma cidadania ativa a partir da gestão (autogestão) dos empreendimentos, em vista da construção de uma outra cultura econômica e gerencial. E, ainda que existam críticas à capacidade da ES em emancipar os indivíduos, ao se comparar as organizações solidárias com as mercantis, a democracia processos decisórios coletivos potencializam os resultados econômicos, pois reduz conflitos, diminui a concentração de poder e aumenta a coesão do grupo.

Com base na discussão empreendida foi realizada uma análise, a partir da perspectiva pós-colonialista da história oral, das dinâmicas organizativas de mulheres da RESF, observando se tais dinâmicas apresentavam as características propostas por Ramos (1898) e elencadas por Serva (1993). Observou-se que os grupos produtivos de mulheres da RESF configuram-se em alguma medida como organizações substantivas, visto que aderem às características próprias de tais empreendimentos. De fato, a própria Economia Solidária é permeada por elementos da racionalidade substantiva, alinhando-se com o enclave “Isonomia” do modelo paraeconômico de Guerreiro Ramos, onde a busca por resultados econômicos unem-se a valores de solidariedade, cooperação e preocupação com a comunidade. O paradigma paraeconômico proposto por Guerreiro Ramos encontra convergência com a proposta da ES e resgata a importância do debate sobre a racionalidade nos estudos organizacionais. A sociedade multicêntrica prevista por Ramos (1989) prevê um modelo orientado para a comunidade ou para o individualismo, uma delimitação organizacional no qual o mercado é um enclave social legítimo e necessário, contudo, limitado e regulado. O modelo propõe uma sistemática de superar o paradigma unidimensional da vida individual e coletiva, permitindo um espectro variado de alternativas.

As dinâmicas organizativas de mulheres na Economia Solidária, sob o paradigma da autogestão, revelam uma forma alternativa de produzir e comercializar, aproximando as dimensões do trabalho e da vida de forma a permitir a construção de uma Economia inclusiva, que se baseia em valores, pratica a democracia, compartilha os processos de tomada de decisão, e, por conseguinte, os processos de aprendizagem. Enfim, a abordagem do tema da racionalidade substantiva em Guerreiro Ramos e suas contribuições para a ES, em uma perspectiva teórica e prática, que, contudo, necessitam de aprofundamento, a partir da utilização de diferentes metodologias de pesquisa, e ordem qualitativa e quantitativa, a fim de aproximar-se do fenômeno (Ramos, 1989). Os próximos estudos devem buscar comprovar empiricamente a proposição de que a ES é predominantemente influenciada por uma racionalidade substantiva, bem como considerar a relação entre a racionalidade substantiva e os princípios da Economia Solidária, bem como suas relações com a questão da mulher, ponto

relevante para o estudo da Economia Solidária, visto que a ES é formada notadamente por mulheres.

#### 4 Referências

- Andion, C. (2005). A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. In: *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1.
- Arendt, Hannah (2007). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arruda, M. (2008). *Exchanging visions on a responsible, plural and solidarity-based economy*. Rio de Janeiro, ALOE – Workgroup visions of a responsible, plural y solidarity-based economy. 140p.
- Barreto, R. O.; Paula, A. P. (2009). Os dilemas da economia solidária. In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 7, n. 2.
- Barros, A. N. & Carrieri, A. P. (2015). Cotidiano e história como fundamentos da construção de outros olhares sobre a Administração. *Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 151-161.
- Bauhardt, C. (2014). Solutions to the crisis? The Green NewDeal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. In: *Ecological Economics*, v.102, n. 61, p. 60–68. Elsevier.
- Benini, Édi Augusto; Benini, Elcio Gustavo. (2012). As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. In: *Organização & Sociedade*, Salvador, vl 17, n 55, Outubro-novembro.
- Borzaga, C.; Tortia, E. (2007). Social economy organizations in the theory of the firm. In: *The Social Economy: building inclusive communitie*. Noya, A. and Clarence, E. (eds) pp. 23-60. Paris: OECD Publishing.
- Cálas, M.; Smircich, L. (2014). Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: Clegg, S.; Hardy, C.; Nord, W. R.; Caldas, M.; Fachin, R. & Fischer, T. (Eds.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Carvalho, N. V. (1983). *Autogestão: o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, Jussara Carneiro (2011). Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! In: *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun.
- Costa, P. A; Carrion, R. S. M. (2008). Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. In: *ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD.
- Curado, I. (2001). Pesquisa historiográfica em administração: uma proposta mercadológica. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pósgraduação em Administração*, 25, 2001, Campinas. Anais. Campinas: ANPAD.
- Dagnino, Renato (2011). Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta. In: *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. Vol 1. Benini, Édi A; Faria, Maurício Sardá de; Novaes, Henrique T.; Dgnino, Renato. (orgs.). 1. Ed. São Paulo: Outras expressões.
- Faria, J. H. (2017). Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, nº 3, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul./Set.
- Figueredo, P. M.; Dellagnelo, E. H. L. (2011). A gestão de mulheres em organizações não-governamentais. In: *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*. Rio de Janeiro. v. 5, n. 2. mai./ago. 2011, 1-16.

França Filho, G. C. (2013). A problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública? In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 3, p.443–461, artigo 7, Rio de Janeiro, set./Nov.

Gaiger, L. I. (2011) Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: Hespanha, P.; Santos, A.M. (Orgs.) *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Almedina.

Guérin, I. (2005). *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola.

Godoi, Christiane K.; Bandeira-de-Mello, Rodrigo.; Silva, Anielson Barbosa. (Orgs.). (2006). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva.

Habermas, J. (1987). *Teoria de la Acción Comunicativa: Crítica de la razón funcionalista*. Vol 2. Madri: Taurus.

Hirata, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.

Holzmann, L. (2002). Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD]2015*, n. 11, p. 281-319, Brasília, outubro 2008. Recuperado em 15 novembro, 2014, de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadoresminimos/sinteseindicadoresminimos/indicadoresminimos/sinteseindicadoresminimos/default\\_tab\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores/indicadoresminimos/sinteseindicadoresminimos/indicadoresminimos/sinteseindicadoresminimos/indicadoresminimos/sinteseindicadoresminimos/default_tab_xls.shtm)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2017). *Retrato da desigualdade de gênero e raça*. Brasília, outubro 2017. Recuperado em 10 dezembro, 2017, de [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicadopresidencia/08\\_10\\_07\\_Pnad\\_PrimeirasAnalises\\_N11demografia.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicadopresidencia/08_10_07_Pnad_PrimeirasAnalises_N11demografia.pdf).

Laville, J.- L. (2014). Mudança social e teoria da Economia Solidária. Uma perspectiva maussiana. In: *Sociologias*, n. 36, mai./ago., p. 60-73. Porto Alegre.

Laville, J.- L. (2017). Economia Solidária e desafios epistemológicos. In: Souza, A. R.; Zanin, M. (org.). *A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho*. São Paulo: EDUFSCar. 266 p.

Mance, E. A. (2006). *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes.

Meihs, J.C.S.B. (2002). *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola. 246p.

Meihs, José Carlos Sebe Bom; Holanda, Fabíola. (2007). *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto.

Meihs, José Carlos Sebe Bom; Ribeiro, Suzana Lopes Salgado. (2011). *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto.

Mézaros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.

Ministério do Trabalho e Emprego [MTE] (2014). Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES]. *Banco de dados do Sistema de Informações da Economia Solidária – SIES*. Brasília, 2014. 1CD-Rom: base de dados em planilhas eletrônicas.

Monje-Reyes, P. (2011). Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. 3.

Motta, F. C. P. (1991). *Teoria Geral da Administração: uma introdução*. São Paulo: Pioneira.

Oliveira, Adriana Lucinda (2005). A trajetória de empoderamento das mulheres na economia solidária. In: *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p.157-177, 2005.

Oliveira, Jaqueline Pereira de (2008). Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. In: *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. p. 325 a 332.



- Onuma, F. M. S.; Mafra, F. L. N.; Moreira, L. B. (2012). Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, Unisol e Unitrabalho. In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 1.
- Ostrom, Elinor (2000). Collective Action and the Evolution of Social Norms. In: *Journal of Economic Perspectives*, 14 (3): 137-158.
- Pinheiro, D. C.; Paula, A.P.P. (2014). A mitologia da ineficiência nas organizações solidárias: em busca da ressignificação de um conceito. In: *Desenvolvimento em questão*, vol. 12, n. 27, jul-sep, p.42-65.
- Ramos, A. G. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Rosa, A. ; Alcadiyani, Rafael (2013). A Terceira Margem do Rio dos Estudos Críticos sobre Administração e Organizações no Brasil: (Re)pensando a Crítica a Partir do Pós-Colonialismo. In: *RAM. Revista de Administração Mackenzie* (Impresso), v. 14, p. 186-215.
- Rothschild, J.; Whitt, J. A. (1986). *The Cooperative Workplace: Potentials and Dilemmas of Organizational Democracy and Participation*, Cambridge University Press, Cambridge, 1986.
- Sá, M. G.; Soares, G. J. V. (2005). Reflexões sobre poder e controle nas Organizações da Economia Solidária (OES). In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 3, n. 2.
- Santos, Luciane Lucas dos (2017). Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade econômica, gênero e epistemologias do Sul. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 114 | 2017, colocado online no dia 20 Dezembro 2017, criado a 23 Dezembro 2017. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/6797> ; DOI : 10.4000/rccs.6797.
- Scherer-Warren, I. (2012). *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e pordireitos humanos*. Curitiba: Appris.
- Seibel, Wolfgang; Anheier, Helmut (orgs) (1990). *The Third Sector: comparative Studies of Nonprofit Organizations*. Berlin: Walter De Gruyter.
- Serva, M. (1997). A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. In: *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 37. n. 2, p. 19-30.
- Silva, Sandro Pereira (2018). O campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. In: *Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea*. Disponível em : [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD\\_2361.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf). Acesso em 12 de junho de 2018.
- Singer, P. I. (2008). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Soares, M. N. M.; Lessa, B. S.; Aguiar, I. C.; Leocádio, A. L.; Rebouças, S. M. D. P. (2016). Clusters in the Solidarity Economy: the strategy of participating in networks of enterprises in Brazil. In: *C.I.R.I.E.C. España*, v. 86, p. 35-59.
- Vieta, M. (2015). Autogestión: Prefigurando elnuevo cooperativismo y eltrabajo como unbiencomún. In: *V EncuentroInternacional “La Economía de Trabajadores y Trabajadoras*. Anais. Paranaguá, Venezuela, Julio 22-26, 2015.
- Weber, M. (1994), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília, Editora da UnB, vol. 1.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.